Nº 3533

REG 2004/02/21

ALBANO A.C. PEREIRA

SAAL FOLHA INFORMATIVA 3

O EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DO SAAL

O Secretariado Executivo do Conselho Nacional do SAAL procedeu, com base no projecto de funcionamento do SAAL à convocação do Conselho Nacional.
O texto da convocatória é o seguinte:

O Secretariado Executivo do SAAL convoca o Conselho Nacional do SAAL para reunir no dia 25.10.76. no Laboratório Nacional de Engenharia Civil. A duração prevista é de 4 dias podendo no entanto ser prolongada, se necessário, até completa análise e discussão dos pontos propostos.

Funcionará em duas sessões diárias das 10h às 13h e das 15h às 18h.

- Ponto Prévio:

No inicio dos trabalhos haverá um periodo de 30 minutos para apreciação e discussão da agenda proposta pelo Secretariado Executivo e introdução de alteração ou outros pontos que venham a ser considerados fundamentais para o processo.

-Proposta de Agenda de Trabalhos:

1 - Financiamento
1.1 - Análise e discussão da revisão do Plano de Actividades/76 e Plano de Actividades/77
1.2 - Análise da metodologia de Financiamento do programa SAAL, proposta pela comissão Directiva do FFH
2 - Relatório e Ante-Plano de reestruturação do SAAL, entregue ao M.H.U.C em 18.10.76
2.1 - Análise crítica do relatório
3 - Projecto do Plano de reestruturação
3.1 - Quadro de funções e competências
3.2 - Quadro de fluxos e instrumentos de registo
3.3 - Orgãos de decisão
3.4 - Dimensionamento de meios
4 - Análise da situação

INDÍCE

1. PROPOSTA DE AGENDA DE TRABALHOS PARA O CONSELHO NACIONAL DO SAAL DE 25/26 OUT. 76
2. ANTE-PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO SAAL
3. INFORMAÇÃO DA DIRECÇÃO NACIONAL S/ A REVISÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES 1976 E ELABORAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES 1977
4. INFORMAÇÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE A MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL

4.1 - Das Regionais - Carência de meios

4.2 - Da Direcção Nacional - Carência de meios

Lisboa, 20 de Outubro de 1976

O Secretariado Executivo do Conselho Nacional do SAAL

ANTE PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO SAAL

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO SAAL

A criação do Serviço de Apoio Ambulatório Local deverá ser entendida no contexto político de Portugal após o 25 de Abril. Dizia o programa do M.F.A. :

"O governo provisório lançará os fundamentos:

a) de uma nova política económica posta ao serviço do povo português, em particular das camadas de populações até ao presente mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que implica necessariamente uma estratégia anti-monopolista;

b) uma nova política social que, em todos os domínios, terá como objectivo essencial a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e a elevação progressiva mas acelerada da qualidade de vida para todos os portugueses".

É também nessa altura que se verifica toda uma série de movimentações de populações dos bairros da lata e das "ilhas" no Porto.

"A necessidade de dar o máximo de prioridade às operações de reabilitação dos bairros insalubres decorre dos movimentos populares que se desencadearam nos bairros depois de Abril e que conduziram à organização interna das populações e à formulação de exigências concretas de apoio da administração..." .

É, pois, neste contexto que é criada uma nova medida de política habitacional, através de um despacho conjunto do MAI e MESA de 31/7/74.

Este programa veio a encontrar uma forte adesão por parte das populações interessadas.

Tratava-se, contudo, de uma política de intervenção inteiramente nova no nosso país, pelo que não seria possível definir à partida todos os contornos de actuação.

Eram, contudo, premissas do serviço :

- um apoio técnico local, através de brigadas técnicas, que actuariam em estreito diálogo com as populações no sentido de atender às reais necessidades e potencialidades dessas mesmas populações.
- um apoio a uma participação efectiva dos moradores a quem competia a gestão e controle do empreendimento.
- a apropriação de locais valiosos por essas populações até então marginalizadas, garantindo-lhes, em princípio, a possibilidade de se manterem nos locais ocupados, no sentido de conservar as comunidades humanas existentes.
- um apoio financeiro que atendesse às reais possibilidades económicas dessas populações.

Competiria às autarquias locais um efectivo apoio nestas operações, através da obtenção de terrenos a ceder às Associações de Moradores ou Cooperativas em direito de superfície, e através da execução dos necessários planos e obras de infra-estruturas.

No entanto, e como referia já o despacho que criou o SAAL, este programa para ser executado, implicava a tomada de outras medidas mais globais por parte do Governo, nomeadamente, no que se refere a medidas legislativas que permitissem a expropriação rápida dos terrenos, de forma a que as autarquias pudessem em curto espaço de tempo tomar posse desses terrenos e iniciarem-se as obras.

Implicava, ainda, uma definição clara do esquema de financiamento a adoptar, sem o que não era possível que as populações pudessem avaliar da sua capacidade económica de integração no processo.

Era, ainda, essencial que este serviço tivesse capacidade para ultrapassar todos os condicionalismos de uma máquina burocrática extremamente pesada, demorada e, por vezes, corrupta, de forma a poder efectivamente constituir um programa de acção prioritária.

O clima de constante mutação política do País, com sucessivos governos provisórios, determinou que só tarde ou nunca se tivessem vindo a promulgar os indispensáveis diplomas legais sem os quais não se poderia avançar de uma forma clara e eficiente.

Assim, na maior parte dos casos, as acções foram-se desenvolvendo ao nível da organização interna das populações, na constituição jurídica das Associações e Cooperativas, na execução dos planos de urbanização e projectos de fogos. No entanto os impasses verificados na obtenção dos terrenos e na definição de um esquema de crédito, impediram que as operações evoluissem e se concretizassem em tempos correctos e desejáveis.

Poderemos, pois, dizer que, se a operação SAAL foi sendo determinada nos seus objectivos, conceitos e métodos, não foi, contudo, igualmente definida nos seus suportes legais por parte da administração.

2. Todas estas indefinições e ainda o facto de se tratar de uma experiência nova conduziram inevitàvelmente a práticas diversificadas no SAAL, decorrentes ainda de condicionalismos locais e de concepções diferentes do processo por parte das brigadas técnicas.

Quando nos debruçamos sobre a situação das 150 operações em curso não poderemos, pois, deixar de constatar uma diversidade de situações. Se desconhecermos os objectivos, a metodologia e as condicionantes deste processo, corre-se o risco de fazer uma leitura linear e simplista desta política, considerando-a uma intervenção anárquica.

No entanto, o trabalho desenvolvido até agora nos diferentes locais permite-nos hoje ter uma imensa experiência acumulada e diversificada, sobre a qual é possível desenvolver-se uma acção de pesquisa e sistematização, que conduzirá a um reajustamento das formas de intervenção do SAAL.

Os resultados desta avaliação poderão ainda constiuir, ao nível técnico, uma proposta válida a integrar noutras medidas de polí-

tica habitacional.

É nesta perspectiva que se desenvolve internamente todo um esforço de análise crítica do trabalho produzido, quer no campo da projectação e da tecnologia, quer no campo dos estudos económicos, em que se procura atender a todos os factores fundamentais intervenientes no custo do produto final (escolha do terreno, critérios da constituição de equipas de trabalho, projecto e processos construtivos).

Todo este esforço não atingirá, contudo, os seus objectivos se não estiver assegurado o apoio de outras entidades intervenientes, nomeadamente as Câmaras Municipais. A incompreensão do processo e a falta de apoios efectivos têm obrigado o Serviço a assumir funções que lhe não competem, retirando-lhe, assim, capacidade de intervenção no campo especifico que lhe é atribuído e dando lugar a situações de aparente conflito de que resulta uma imagem deturpada deste serviço e uma perda de rentabilidade que a ninguém aproveita.

3 Se tentarmos, neste momento, fazer um balanço do processo SAAL, poderemos desde já encontrar-lhe virtualidades inegáveis.

"A originalidade do SAAL está em que a partir de um decreto um pouco seco destinado a sanear as zonas degradadas e a permitir aos habitantes dos bairros de lata apropriar-se dum local de residência, as populações se tenham organizado e tomado nas mãos o conjunto dos problemas que, de ordinário, incumbem aos especialistas; é assim que a partir de um domínio estrictamente delimitado da vida quotidiana, o alojamento, as populações mais ou menos marginais, elaboram em conjunto a gestão dos seus próprios problemas.

A originalidade do SAAL está em que o alojamento não é mais entendido como um problema individual, mas como um esforço comum em que há que defender o interesse de todos... A sua originalidade está em que, quaisquer que sejam as opções políticas das equipas técnicas, as populações puderam ser o centro de decisão, puderam assegurar o controle das acções em curso..."

O SAAL, para além de contribuir para a resolução do problema habitacional nas zonas degradadas constitui, pois, um espaço privilegiado em que foi possível às populações envolvidas fazerem uma aprendizagem da democracia, tomando nas mãos e em conjunto a resolução dos seus problemas, ao mesmo tempo que lhes permitia um enriquecimento de conhecimentos quando, para a gestão do empreendimento, têm de assumir tarefas de administração e controle.

Paralelamente foram-se desenvolvendo actividades de carácter cultural e criando uma série de equipamentos colectivos que vieram dar resposta a problemas de saúde, de educação, etc..

O SAAL constituiu ainda um campo de aprendizagem e de enriquecimento extremamente importante para os técnicos envolvidos, na medida em que possibilita todo um confronto entre uma teoria e uma prática de gabinete com os reais problemas de populações até então anónimas.

"O arquitecto teve de sair do seu atelier, interrogar as populações sobre as suas necessidades, adaptar as suas ideias límpidas ao modo de vida de um grupo humilhado que procura integrar-se numa sociedade e adoptar os seus modelos".

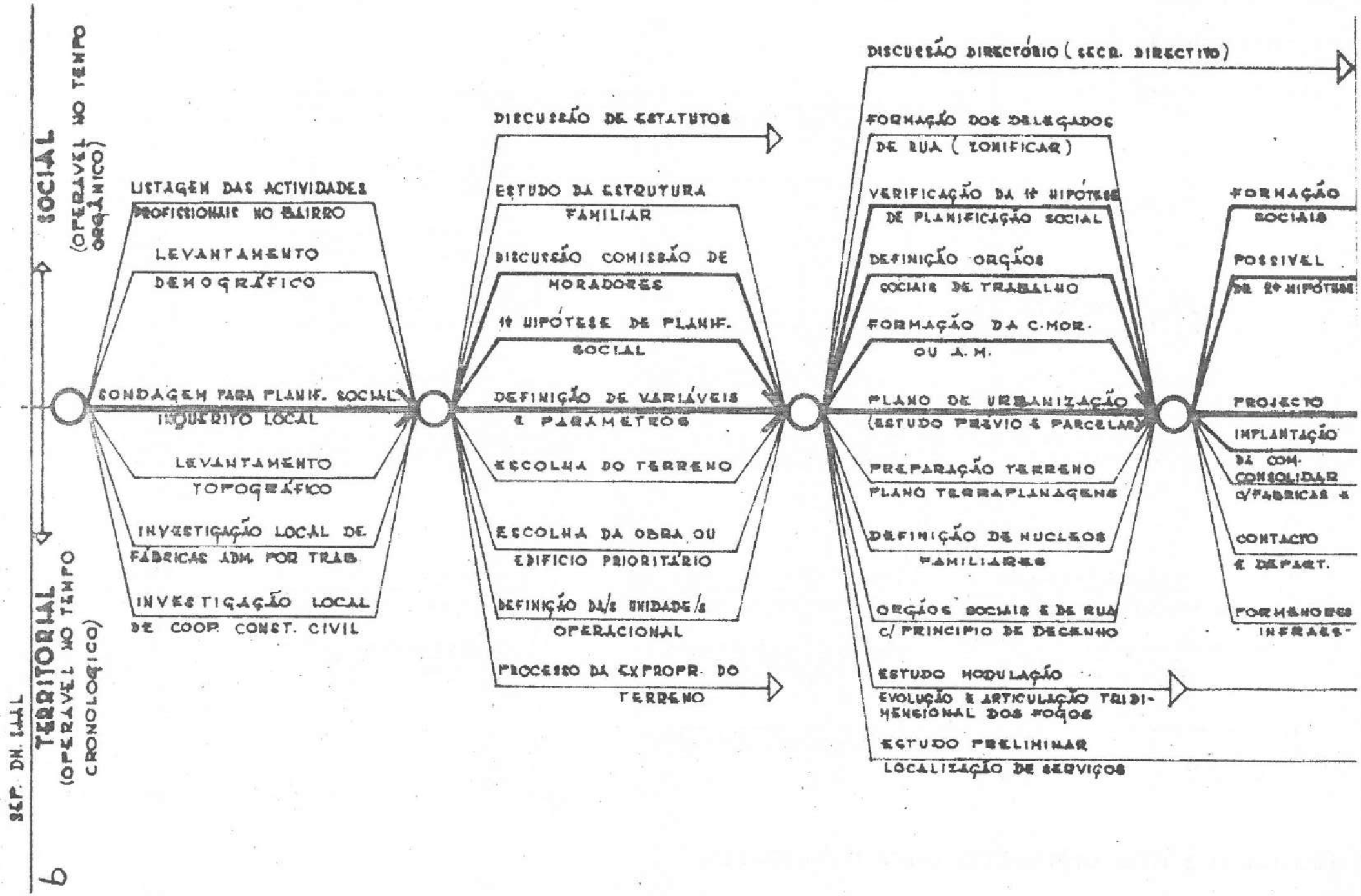
Os técnicos tiveram, pois, de fazer todo um esforço para adaptar os seus conhecimentos aos condicionalismos reais de uma população bem determinada, conhecida e participante, atendendo à constiuição das famílias envolvidas e à sua capacidade económica, bem como aos seus modos de vida.

Em resumo, podemos dizer que o SAAL constitui uma medida válida, cuja experiência há que reconhecer e ajustar, de forma a preencher eficazmente os objectivos que lhe foram definidos à partida como programa de política habitacional que não pretende resolver a globalidade do problema da habitação, mas que tenha em atenção, prioritàriamente, as camadas de população mais desfavorecidas.

Para tanto é fundamental que, por parte do Governo, sejam definidas orientações claras que permitam a prossecução do trabalho que se tem vindo a desenvolver.

Apresentadas as "considerações sobre o processo SAAL", "quereros afirmar que há longos meses se vem a desenvolver um esforçado trabalho de pesquisa sobre a imensa e diversificada experiência adquirida até agora no vasto campo de acção abrangida pelas operações (150) em curso Acção aparentemente anárquica quando observada do exterior e sobretudo por quem desconhecer que na prática vão sendo dia a dia encontrados e definidos os objectivos conceitos e métodos de actuação, uma vez que à partida nada mais havia do que o texto de uma portaria que criava um programa e que não chegou a ser complementado com os necessários meios de apoio. O único meio que se verificou existir e que tão mal compreendido tem sido, foi o grupo humano capaz de em pouco mais de dois anos ter realizado um trabalho de incontestável valia a partir de tão pouco, e tendo que vencer as maiorares dificuldades e resistências.

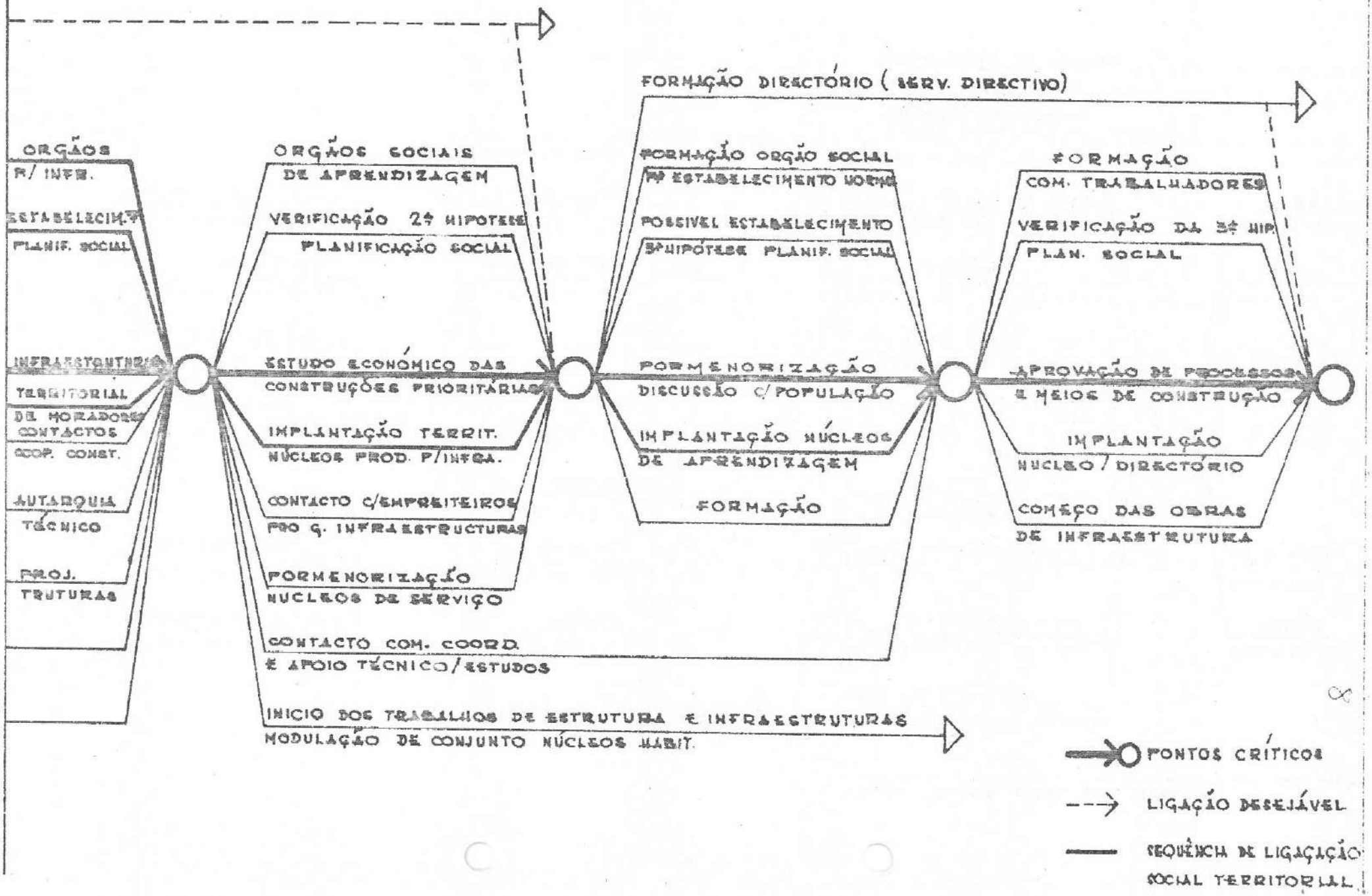
É deste trabalho de pesquisa que vamos reproduzir o diagrama que procura sinteticamente apresentar a metodologia de intervenção local e a relação cronológica e dialética entre o projecto territorial e o projecto de planificação social.


SOCIAL
(OPERAVEL NO TEMPO ORGÂNICO)
TERRITORIAL
(OPERAVEL NO TEMPO CRONOLOGICO)
SEP. DN. EAL
LISTAGEM DAS ACTIVIDADES PROFISSIONAIS NO BAIRRO
LEVANTAMENTO DEMOGRÁFICO
SONDAGEM PARA PLANIF. SOCIAL
INQUERITO LOCAL
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO
INVESTIGAÇÃO LOCAL DE FÁBRICAS ADM. POR TRAB.
INVESTIGAÇÃO LOCAL DE COOP. CONST. CIVIL
DISCUSSÃO DE ESTATUTOS
ESTUDO DA ESTRUTURA FAMILIAR
DISCUSSÃO COMISSÃO DE MORADORES
1ª HIPÓTESE DE PLANIF. SOCIAL
DEFINIÇÃO DE VARIÁVEIS E PARAMETROS
ESCOLHA DO TERRENO
ESCOLHA DA OBRA OU EDIFICIO PRIORITÁRIO
DEFINIÇÃO DA/S UNIDADE/S OPERACIONAL
PROCESSO DA EXPROPR. DO TERRENO
DISCUSSÃO DIRECTÓRIO (SECR. DIRECTIVO)
FORMAÇÃO DOS DELEGADOS DE RUA (ZONIFICAR)
VERIFICAÇÃO DA 1ª HIPÓTESE DE PLANIFICAÇÃO SOCIAL
DEFINIÇÃO ORGÃOS SOCIAIS DE TRABALHO
FORMAÇÃO DA C.MOR. OU A.M.
PLANO DE URBANIZAÇÃO (ESTUDO PRÉVIO E PARCELAR)
PREPARAÇÃO TERRENO PLANO TERRAPLANAGENS
DEFINIÇÃO DE NUCLEOS FAMILIARES
ORGÃOS SOCIAIS E DE RUA C/ PRINCIPIO DE DECENIO
ESTUDO MODULAÇÃO EVOLUÇÃO E ARTICULAÇÃO TRIDIMENSIONAL DOS FOGOS
ESTUDO PRELIMINAR LOCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS
FORMAÇÃO SOCIAIS POSSIVEL DE 2ª HIPÓTESE
PROJECTO
IMPLANTAÇÃO DA COM. CONSOLIDAR C/FABRICAS E
CONTACTO E DEPART.
FORMENORES INFRAES-

079

FLUXOGRAMA - FIG. 4

INTERRELAÇÃO ENTRE PLANIFICAÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL



SEP. DN. SAAL

Da leitura deste diagrama se concluirá a complexidade do processo, mesmo quando como ali não são representados todos os obstáculos e resistências a vencer "sistematicamente" em todas as operações.

E disto se poderá concluir a razão porque sempre se tem reclamado o direito de dentro deste grupo se encontrar a estrutura orgânica que garanta o seu funcionamento em termos de melhor poder cumprir a grandiosa e nobre tarefa que hoje sabe ser capaz de realizar.

Frequentemente tem sido acusado de "esbanjar" os dinheiros públicos "fazendo política" e "alguns projectos caríssimos".

No quadro que a seguir se apresenta se oferecem para análise crítica do custo dos projectos realizados os necessários elementos.

QUADRO DE ANÁLISE

DO CUSTO DOS PROJECTOS S.A.A.L.

(INCLUINDO PLANOS DE URBANIZAÇÃO, PROJECTOS DE INFRAESTRUTURAS E PROJECTO SOCIAL).

ZONAS OPERACIONAIS	GASTOS TOTAIS ACUMULADOS C/ AS EAL I	Nº. TOTAL DE FOGOS II	Nº. DE RELAÇÃO I/II	ACUMULATIVOS REFERENTES SÓ A FOGOS C/PROJ. CONCLUIDO E S/RELAÇÃO DE CUSTOS			INVESTIDO EM PROJECTOS EM CURSO		
				ACUMULATIVO	FOGOS	RELAÇÃO	FOGOS	ACUMULATIVOS	RELAÇÃO
NORTE	20.351	10.857	187.450	10.088	3.236	3117.50	7.621	10.263	1346.70
C/SUL	23.754	6.793	3.496.80	17.022	4.659	3653.60	2.134	6.732	3.154.60
LX.	15.232	3.914	3.892.00	12.572	2.287	5497.20	1.627	2.660	1.634.90
SUL	4.694	1.294	3.627.50	4.694	1.294	3627.50			
TOTAL	64.031	22.858	2.801.25	44.376	11.476	3866.85	19.655	11.382	1.726.85

Da leitura do quadro se verifica que o custo médio dos projectos de fogos produzidos (acabados) é de 3 866$85, correspondendo a cerca de 900 tipos diferentes de soluções arquitectónicas e abrangendo um total de 11 476 fogos distribuidos por 61 operações.

Se tivermos em atenção que, para estes fogos foram realizados a pedido das Câmaras Municipais, os respectivos planos de ubranização e projectos de infra-estrutura que neste momento se encontram concluidos para a implantação de fogos de fases seguintes, correspondendo a cerca de 270 Ha e, considerando um custo baixo para estes estudos de 70 000$00 por Ha, teremos a verba de 16 900contos a descontar ao total 64 031 contos do custo total de funcionamento das equipas.

Com a introdução deste novo factor, teremos aquele já abaixo custo de projecto por fogo, reduzido a (3 866$89 - 1 472$65)=2 394$20.

Queremos ainda chamar atenção para todas as tarefas do "projecto social" que se encontram descritas do diagrama de fluxos já referido e que são parte significativa do custo de funcionamento das equipas .

Também constituem encargos significativos, os correspondentes à organização dos processos para Declaração de utilidade pública, processos de expropriação dos terrenos e os infindáveis contactos com todos os organismos intervenientes no processo.

Chama-se igualmente a atenção para o facto de nas operações com obras em curso se estar a prestar assistência técnica às obras (algumas há mais de um ano) e que estes encargos também se entontram incluidos no custo de funcionamento referido.

Com tudo isto, chega-se a um custo real do projecto incrivelmente baixo. Incrivelmente baixa já o é, mesmo antes de considerados todos estes factores aqui referidos.

Só por isso não vamos neste trabalho a uma análise mais profunda

Seria até de certo modo ridículo atingir-se grande pormenor na justificação de um preço (2 394$00)que, se mais não fosse que um projecto simples de arquitectura, já seria incrivelmente baixo.

Quanto à qualidade dos projectos, melhor será convidarem-se os interessados em formular os seus próprios juizos vindo observar os nossos arquivos. Depois, não temos dúvida que se calarão as vozes que tanto criticam o que tão mal conhecem.

Neste momento, projectos executados, obras em curso e as teorias subjacentes a este trabalho de renovação urbana, já se encontram publicados em revistas e livros da especialidade em diversos países estrangeiros. Os técnicos ligados ao SAAL são convidados, com frequência, para proferir aulas e participar em seminários em universidades estrangeiras (por ex. Espanha, Itália, França e Alemanha Federal). Toda esta projecção internacional não é de desprezar como caução do nível de qualidade do modo de trabalhar no SAAL.

É interessante igualmente assinalar que as conclusões do Encontro Internacional de Vancouver vêm ao encontro do que o SAAL tem concluido.

Apesar do que afirmamos não queremos deixar de lembrar (porque todos sabem) as tarefas que na EPUL foram atribuidas às Brigadas de Lisboa e as que a Câmara Municipal do Porto transferiu para as Brigadas do SAAL Norte; desde o estudo e direcção de trabalho de consolidação de barracas, reparação e execução de esgotos, instalação de marcos fontenários, candieiros de iluminação pública, pavimentação de arruamentos, estudo de equipamento colectivo, etc., etc., até à consults dos Registos da Conservatória e organização de processos de exproppriação, e ainda legalização de construções clandestinas.

FASE DE CONSTRUÇÃO

Também neste campo têm sido feitas as mais variadas experiências também já hoje se conhece que não há uma solução estereotipada aplicável a todas as operações. Há sim um comportamento generalizado a todas (quase todas) as Equipas e Brigadas de apoio local e Serviços Centrais a busca exaustiva do melhor preço através de soluções técnicas e administrativas, caso a caso. Certamente que hoje também estamos em condições de corrigir alguns erros cometidos e de caminhar com segurança na aplicação de métodos e na escolha da melhor solução para cada caso, para cada local, para cada dimensão de empreendimento.

Muito há ainda que fazer na investigação e na aprendizagem, mas isso acontece mais pela ambição colectiva de evoluir e melhorar custos em todos os campos, do que pela necessidade de alcançar resultados comparáveis com os verificados em outros sectores.

Juntam-se quadros e textos produzidos pelas Coordenadoras Regionais do Norte, Centro-Sul e Algarve, que informam do estado das respectivas operações e de alguns resultados elucidativos. (Anexo 1)

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Começamos por lamentar que dentro do prazo que nos foi concedido para a realização deste trabalho de estudo e análise da situação, nos tenham sido criadas as dificuldades que ainda enfrentamos, quer para arrancar com operações onde foi possível vencerem-se os obstáculos exteriores, quer para o prosseguimento das obras em curso.

Dificuldades que vieram a criar situações que começando por afectar gravemente as relações entre pessoas e Serviços virão a agravar irremediàvelmente o custo de funcionamento do "conjunto" e das operações. Custo que as populações se recusarão a pagar.

Todas as alterações e revisões na metodologia operacional são admisíveis e muitas vezes recomendáveis, mas quando feitas gradualmente, sem violência, com método. Isso não aconteceu e o que acontece virá a refletir-se não só nos custos; vai muito para além disso.

Teria sido mais vantajoso e era possível programarem-se as reformas para aplicação a médio prazo, mas sempre para além do prazo concedido para estudo e ponderação.

Exigirem-se respostas sobre a matéria que se sabia estar a ser objecto de análise, era e foi atrazar-se a análise e criarem-se situações de "impossibilidade de responder". Exercerem-se represálias pela falta dessa resposta que o sentido de responsabilidade e brio profissional não permitiam dar, deve as consequências que infelizmente todos conhecemos.

Posto isto que era forçoso dizer-se, vamos apresentar um quadro com a situação das portarias do subsídio do fundo perdido, onde se indicam a totalidade dos pedidos; destas, as que foram publiacadas; as que é urgentíssimo que se publiquem e, as que poderão ser transferidas para o ano de 1977.

Para as portarias a publicar para arranque de obras pedimos que sejam dispensadas da condição que foi proposta de escalonamento em paralelo com o empréstimo e que sejam concedidas nas condições que vinha sendo hábito, com excepção para as obras que vão ser executadas por administração directa e para as quais apresentamos as respectivas propostas de escalonamento. Para aquelas que vão ser executadas em regime de empreitada, propomos apresentar dentro de alguns dias aquele escalonamento paralelo, uma vez que a verba inicial, sendo inferior ao 30% de avanço para garantir do preço dos materiais, facilmente poderá ser regularizada nas condições agora propostas por simples transferência de contas, uma vez que entendemos que a alteração na metodologia do financiamento corresponde a uma medida de simples conveniência técnica dos Serviços de Contabilidade.

Igualmente pedimos a rápida regularização dos empréstimos, cujo escalonamento se apresenta em separado.

Com a apresentação da proposta do P.A. para 1977 a entregar até 31 do corrente, que irá acompanhado de um planeamento económico abrangendo os meses de Novembro e Dezembro p.f., todas as situações ficarão regularizadas de acordo com as instruções recebidas ou com propostas de variante que possa vir a ser encontrada no Conselho Nacional do SAAL a realizar em 25 e 26 do corrente mês.

RELAÇÃO DE PORTARIAS DE SUBSÍDIO A FUNDO PERDIDO DAS OPERAÇÕES SAAL

P O R T A R I A S

	OPERAÇÃO	Pedidas	Publicadas	Aguardando Públic.	A congelar (pª.1977)
Beja	Esperança	6 714	6 714	-	
	Pelame	3 336	3 336	-	
Coimbra	Conchada	5 280		5 280	5 280
	F. Bispo	3 240		3 240	3 240
	Relvinha	3 060	3 060	-	
Cascais	Fim do Mundo	9 000	3 000	6 000	3 000
Lisboa	Q.Calç.Fonsecas	15 000	15 000		
	Curraleira	27 000	18 000	9 000	
	D.Leonor	14 400	14 400	-	
	Liberdade	3 600	3 600	-	
	Vila Fernandes	4 020	-	4 020	
	Q. Alto	9 600	9 600	-	
	" Bacalhau	18 120	18 120	-	
	" Bela Flor	13 200	-	13 200	
	" Grande	14 460	14 460	-	14 460
Loures	Azinhagas-P.Velho	7 980	7 980	-	7 980
	Camarat-Petais	15 300	15 300	-	15 300
	" StªAntónia	16 200	16 200	-	
	" Torre	18 360	17 640	720	
	Moscavide-CM	4 860	-	4 860	
	Catujal	10 890	7 260	3 630	
	Mangueira	5 580	3 480	2 100	
Oeiras	Alfornelos	7 691	6 840	851	
	C.do Mocho	4 860	-	4 860	4 860
	Caxias	3 000	3 000	-	3 000
	Falagueira	25 110	6 000	19 110	
	Linda-a-Pastora	5 220	5 220	-	5 220
	" " Velha	17 280	11 520	5 760	
	Portela-Outorela	16 980	8 000	8 980	
Sintra	E.Militar-Queluz	6 000	6 000	-	6 000
V.F.Xira	Alhandra	3 420	3 420	-	3 420

RELAÇÃO DE PORTARIAS DE SUBSÍDIO A FUNDO PERDIDO DAS OPERAÇÕES SAAL

P O R T A R I A S

	OPERAÇÃO	Pedidas	Publicadas	Aguardando Public.	A congelar (pª.1977)
V.F.Xira	Alverca	5 400		5 400	5 400
	Aviedros	8910		8 910	8 910
	Pedra Furada	14 670	14 670	-	
Almeirim	Paço dos Negros	3 690		3 690	
Alcácer	Montevil	5 500	4 000	1 500	
	Q.da Liberdade	4 860	1 000	3 860	
Seixal	Batateiro	5 100	5 100	-	
	Pinhal das Areias	7 920	7 920	-	
Setúbal	Bª. da Liberdade	6 000	6 000	-	
	Monarquina	17 640	7 560	10 080	
	C.Figueiras	3 600	3 600	-	
	Forte Velho	4 890	4 890	-	
	Pinheirinhos	15 300	4 000	11 300	
	Terroa de Baixo	2 520	2 520	-	
	TOTAL:	424 761	288 410	136 351	86 070

RELAÇÃO DE PORTARIAS DE SUBSÍDIO A FUNDO PERDIDO DAS OPERAÇÕES SAAL

P O R T A R I A S

	OPERAÇÃO	Redidas	Publicadas	Aguardando Public.	A congelar (pª.1977)
Ovar	Poço de Baixo	3 090	3 090		
	Cortegaça	3 230	3 230		
Gondomar	Bela Vista	10 800	10 800		
Matosinhos	-Cruz de Pau	11 350	11 350		
Porto	Antas	10 960	10 960		
	Arrábida	4 140	4 140		
	Boa-Vista	7 200	-	7 200	
	Bouça	20 200	20 200		
	Chaves de Oliv.	11 875	11 875		
	Contumil	18 000	-	18 000	
	Francos	8 640	8 640		
	Lapa	27 505	27 505		
	Leal	15 370	15 370		
	Maceda-Acácio	13 945	13 775	170	
	Massarelos	6 930	-	6 930	
	Póvoa	15 400	15 400	-	
	Prelada	11 450	11 450	-	
	S.Victor	24 625	24 625	-	
	Sé	15 700	15 700	-	
	Vilar	3 240	-	3 240	
	TOTAL:	243 650	208 110	35 540	

RELAÇÃO DE PORTARIAS DE SUBSÍDIO A FUNDO PERDIDO DAS OPERAÇÕES SAAL

	OPERAÇÃO	PORTARIAS Pedidas	Publicadas	Aguardando public.	A congelar p/77
Aljezur		1 800	1 800		
Lagoa	Estombar	5 400	5 400		
	Mexilhoeira	6 300	6 300		
Lagos	Bairro do Apeadeiro	4 782	4 782		
	Bensafrim	1 260	-	1 260	
	Cerca do Cemitério	11 181	7 641	3 540	
	Bairro da Duna	3 179	3 179	-	
	Espiche	2 790	2 790		
	Praia da Luz	5 028	5 028		
Loulé	Quarteira	5 000	5 000		
Monchique		5 760	3 840	1 920	
Olhão	Marim	3 600	2 400	1 200	
Portimão	Alvor	4 320	4 320	-	
	Boa-Hora	4 860	4 860	-	
	Chão-das-Bonas	2 160	2 160		
	Progresso	4 500	-	4 500	
Silves	Enxerim	3 060	3 060	-	
	Progresso	4 680	4 680		
Tavira	Cabanas	2 160	1 785	375	
	Tavira	5 580	4 770	810	
V.Bispo	Burgau	1 440	1 440		
V.R.S.A.	Monte Gordo	11 970	5 000	6 970	
	V.R.S. António	4 800	4 800		
	TOTAL:	105 610	85 035	20 575	
	TOTAL GERAL:	774 021	581 555	192 466	86 070

Ainda dentro desta rubrica queremos apresentar uma questão que é ao mesmo tempo de ordem económico-financeira, é igualmente de alta responsabilidade sob o aspecto programático-organizativo:

Como já várias vezes temos afirmado o SAAL está envolvido em 150 operações que no actual estado dos estudos, e quando consideradas as fases previstas nos planos de conjunto, deverão atingir um número de fogos igual ou superior a 40 000. Também, no Estudo do P.A. 77 apresentado em 19/8/76 se prevê que se nos forem dados os necessários meios , devemos ter concluidos no fim daquele ano, o correspondente a 10 500 fogos.

Ora, se mantivésseros o ritmo de produção previsto, os fogos já considerados só viriam a estar concluidos a meio do ano de 1981; o que não acontecerá com esta simplicidade, porquanto, já neste momento temos 180 pedidos de intervenção para novas operações, o que pode significar que também no fim de 1977 a "carga" antes indicada de 40 000 fogos tenha subido para 70 000. Isto, sem contar com os pedidos de intervenção que entretanto surgirão.

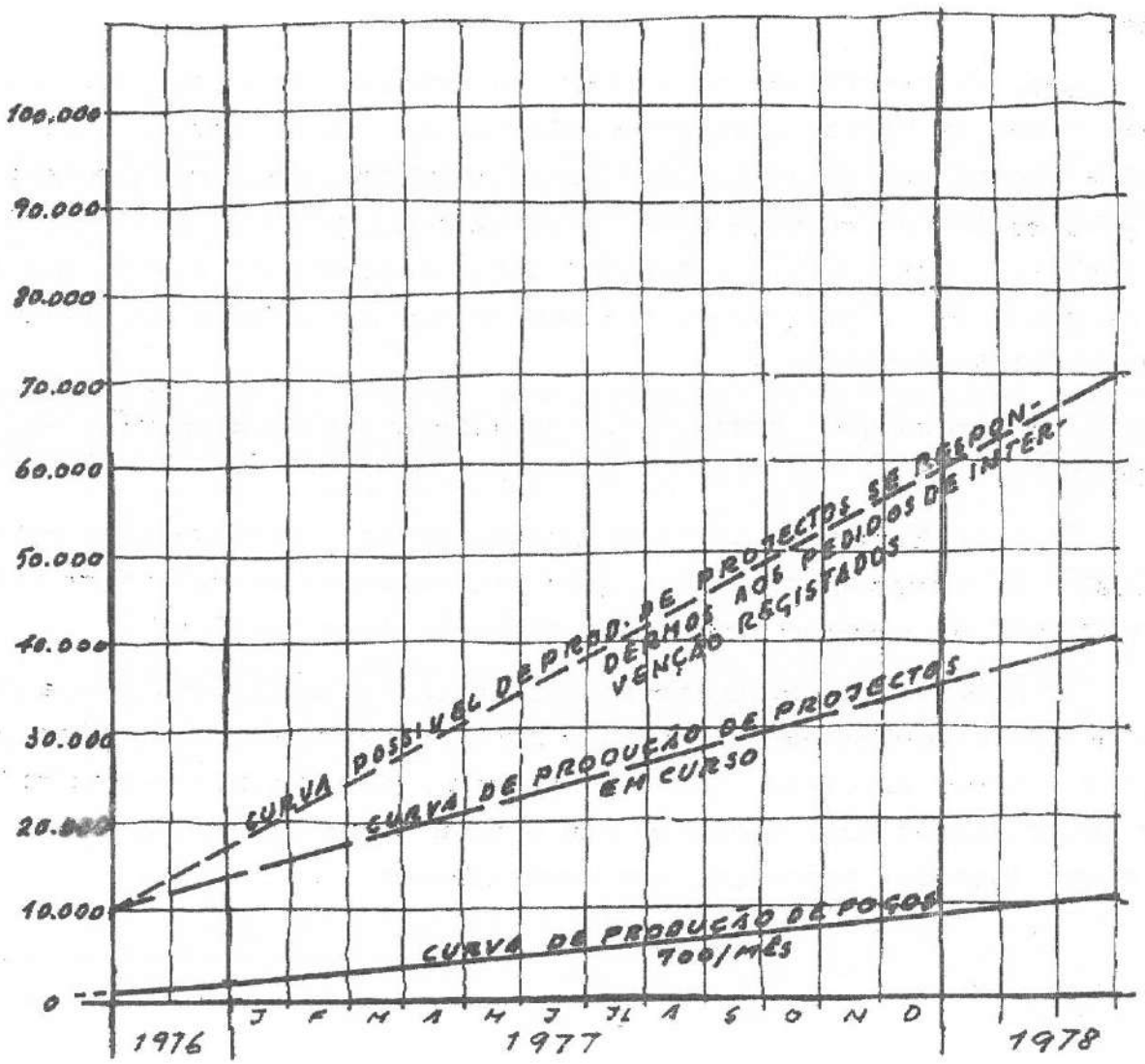
Parece-nos que estes valores confirmam as preocupações que temos manifestado.

Se entretanto não forem estabelecidodas e divulgadas regras para aceitação de novas operações, a breve atingiremos valores "impossíveis de realizar" ou teremos criado uma situação insustentável.

No gráfico que a seguir se apresenta se verifica o que acabamos de informar e certamente alertará para a necessidade de receberros instruções claras, precisas e que possam vir a ser aceites pelos principais interessados que, enquanto não esclarecidos têm razão para reclamar o que lhes foi prometido sem condicionantes.

GRÁFICO DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO CRIADA PELO CRESCIMENTO LIVRE DOS PEDIDOS DE INTERVENÇÃO

OUTUBRO DE 1976

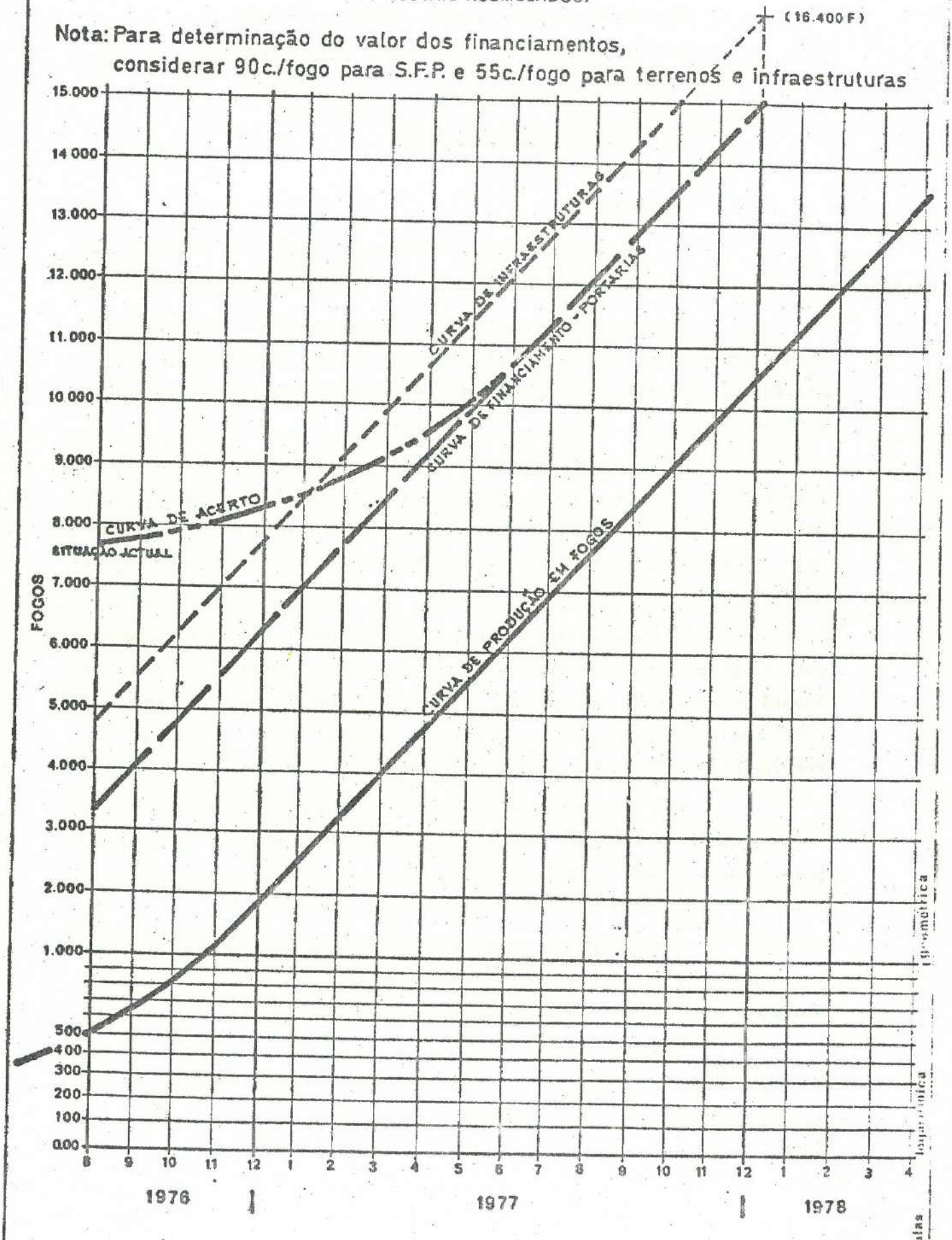


SAAL—SERVIÇO AMBULATÓRIO DE APOIO LOCAL

GRÁFICO DE OBJECTIVOS PARA 1977

(TOTAIS ACUMULADOS)

Nota: Para determinação do valor dos financiamentos, considerar 90c./fogo para S.F.P. e 55c./fogo para terrenos e infraestruturas



p.b.

O SAAL

Organismo de intervenção técnica de apoio multidisciplinar às iniciativas das populações mal-alojadas.

ANTE-PLANO DE REESTRUTURAÇÃO

INTRODUÇÃO

Jamais algum homem trabalhou isolado, no sentido absoluto da palavra. O homem foi e é um criador colectivo.

Esta noção não nega a importância do génio individual de alguns homens, mas antes, põe em evidência o facto de que todos eles utilizaram "material do passado" que souberam aproveitar no seu meio e na sua época.

Quando se trata dum trabalho de reestruturação dum serviço, sobretudo se nasce sem regras estabelecidas e sem o apoio em quaisquer experiências semelhantes, há que encontrar o "material do passado" no seio do grupo que viveu a "sua experiência" refletindo e discutindo enquanto actuava.

Veja-se todo o "material" produzido em análises e sugestões publicados pelo grupo e aí se encontrará a busca constante de condições favoráveis à eclosão de ideias. Veja-se o jogo dialéctico de pensamentos dedicados à definição do "seu espaço de manobra" regras e métodos, e compreender-se-á todo o esforço de "curiosidade" exercido há alguns meses.

Não se conhecem regras para fazer surgir no cérebro humano ideias justas e fecundas, mas existe uma lei natural de fecundidade do pensamento "Quando um mesmo problema ocupa a mente de muitos individuos, é natural que nasçam as ideias que permitam resolvê-lo "

O trabalho que vamos apresentar foi organizado depois de se escutarem pareceres de todos os membros do SAAL. quer em grupos, quer isoladamente, segundo as circunstâncias o exigiam.

Existem hoje numerosos meios técnicos, filosóficos e políticos aplicáveis na organização e estruturação de grupos de actividade , mas preferimos optar pela reflexão e discussão sobre as experiências vividas em dois anos de funcionamento.

Não nos inspiramos em modelos clássicos, por verificarmos não ser de aconselhar a introdução de conceitos e regras dum passado negativo e "ultrapassado" num processo que com todos os "defeitos que nós próprios fomos capazes de encontrar", soube atingir resultados positivos.

1) A ESTRUTURA

É comum relacionar-se a estrutura com o estatuto jurídico dos organismos de produção de bens ou serviços.
O estatuto jurídico está relacionado ao dinâmico do organismo, enquanto a estrutura constitui o processo estático, permanente; o suporte do dinâmico.

Este erro têm-no cometido com frequência alguns dos organizadores de serviços públicos que, ligando a estrutura aos regulamentos oficiais, "comandos e hierarquias", acabam por prejudicar o dinamismo dos serviços e a "estabilidade" da estrutura.

Este erro, vamos procurar não cometer, dirigindo-nos directamente ao grupo humano que assegura o funcionamento do "organismo" no cumprimento das tarefas que lhe são atribuidas.

2) PLANO DE CONJUNTO

Toda a doutrina moderada de estrutura descansa sobre duas noções: Função e Comunicação.

Para definição da função consideram-se as funções específicas e as suas inter-relações, como as relações destas com as técnicas.

Tratando-se de um organismo multicelular com as caracteríscas do SAAL, relacionaremos também aquelas funções com as diferentes células, núcleos, etc., de modo a definir-se um todo coerente.

A comunicação define-se partindo do conceito de que a estrutura pode equiparar-se a uma rede de comunicações entre células e entre esta a todos os orgãos de acordo com as funções distribuídas. A comunicação deverá corresponder ao sistema nervoso dum organismo biológico, ser fácil, natural e eficiente.

Este deverá possuir um centro de convergência onde todas as comunicações naturalmente deverão ser interpretadas e distribuídas segundo as necessidades e conveniências do conjunto. Neste centro, que corresponderá ao sistema nervoso central do organismo biológico já referido, deverá não só controlar-se a actividade interna do organismo, como assegurar o regular funcionamento do todo, como um "sistema integrado."

Os impulsos ali produzidos e dirigidos ao orgão competente, deverão corresponder sempre a estímulos recebidos da periferia, devidamente interpretados, ou à leitura de experiências ou condicionantes acumulados na memória colectiva.

Julgamos ter justificado o conceito que apresentamos na introdução ao tema, quando afirmamos que o estatuto jurídico não intervém na organização da estrutura. O homem possui a mesma estrutura nervosa em qualquer latitude, indiferentemente das leis que o regem. O jurídico intervém nas acções e nas condicionantes destas; não na estrutura.

Destas e doutras condicionantes falaremos portanto, em outra fase do nosso trabalho; no pormenor.

FUNÇÕES E ÓRGÃOS

Reportando-nos de novo ao diagrama de fluxos já apresentado, vamos ali encontrar o conjunto de grande tarefas específicas do processo e que vêm a ser realizadas a vários graus de pormenor desde as Equipas e Brigadas de intervenção local até aos Serviços Centrais. Não se encontram aí representadas as tarefas de acompanhamento das obras e as operações do projecto social que se prolongam até ao fim do empreendimento.

Quanto às primeiras, elas correspondem à tradicional intervenção dos autores dos projectos nas obras de construção e segundo a metodologia utilizada na realização destas. As segundas, as do projecto social, corresponderão naturalmente ao acompanhamento (apoio) das populações na gestão dos dinheiros e sua contabilização, ao mesmo tempo que serão preparadas para a gestão do património que lhes vai ser confiado.

A experiência adquirida e os muitos estudos feitos permitem-nos hoje possuir bases para a realização da quase totalidade das tarefas e as teorias para aquelas ainda não atingidas ou experimentadas.

Daí que se tenha verificado a necessidade de rever a constituição das equipas e a necessidade de se fazerem ajustamentos e alterações durante o desenvolvimento do processo. Dado no entanto que, esses ajustamentos não deveriam ser feitos à custa de substituições com constantes despedimentos e admissão de elementos de qualificação diferente, o que para além de razões de ordem jurídica daria origem a desperdício de "experiências acumuladas", entendendo-se por mais conveniente fazer a troca de elementos entre equipas segundo as conveniências de cada momento

Também pela mesma razão se verifica a necessidade de haver sempre operações nas diferentes fases de evolução, o que implica a constante entrada de novas operações em ritmo sincronizado com a capacidade de resposta dos conjuntos.

Assim, poderá e deverá entender-se (com as brigadas e equipas nas condições referidas) que estas são auto-suficientes para responderem às necessidades das operações nas diversas fases destas.

Mas, as próprias operações possuem características variáveis de zona para zona e de região para região, pelo que, se verificou a necessidade de se agruparem equipas por zonas dentro de cada região sempre que os factores diversificantes o exigem.

Temos assim, para analisar, já as seguintes situações:

1) Equipas ou Brigadas
2) Conjuntos por zonas
3) Conjuntos por regiões

Em qualquer das "situações" a auto-suficiência terá que verificar-se para a totalidade das tarefas, sempre que a dimensão destas o exija. Se na "primeira situação" tal não puder verificar-se, ela irá verificar-se na "segunda" e, só para casos especiais se recorrerá à "terceira".

Ainda, a "segunda situação" terá por função a coordenação das "primeiras situações" da sua zona como à "terceira"competirá a coordenação das "segundas" da sua região.

Finalmente, ao Órgão Central competirá a recolha de dados técnicos, estatísticas e programáticos nas "terceiras situações" e tratá-los em termos de comparações circunstanciadas. Igualmente lhe competirá elaborar o planeamento geral do conjunto e a análise permanente de desvios, como a busca de soluções conjunturais para o aproveitamento integral de meios.

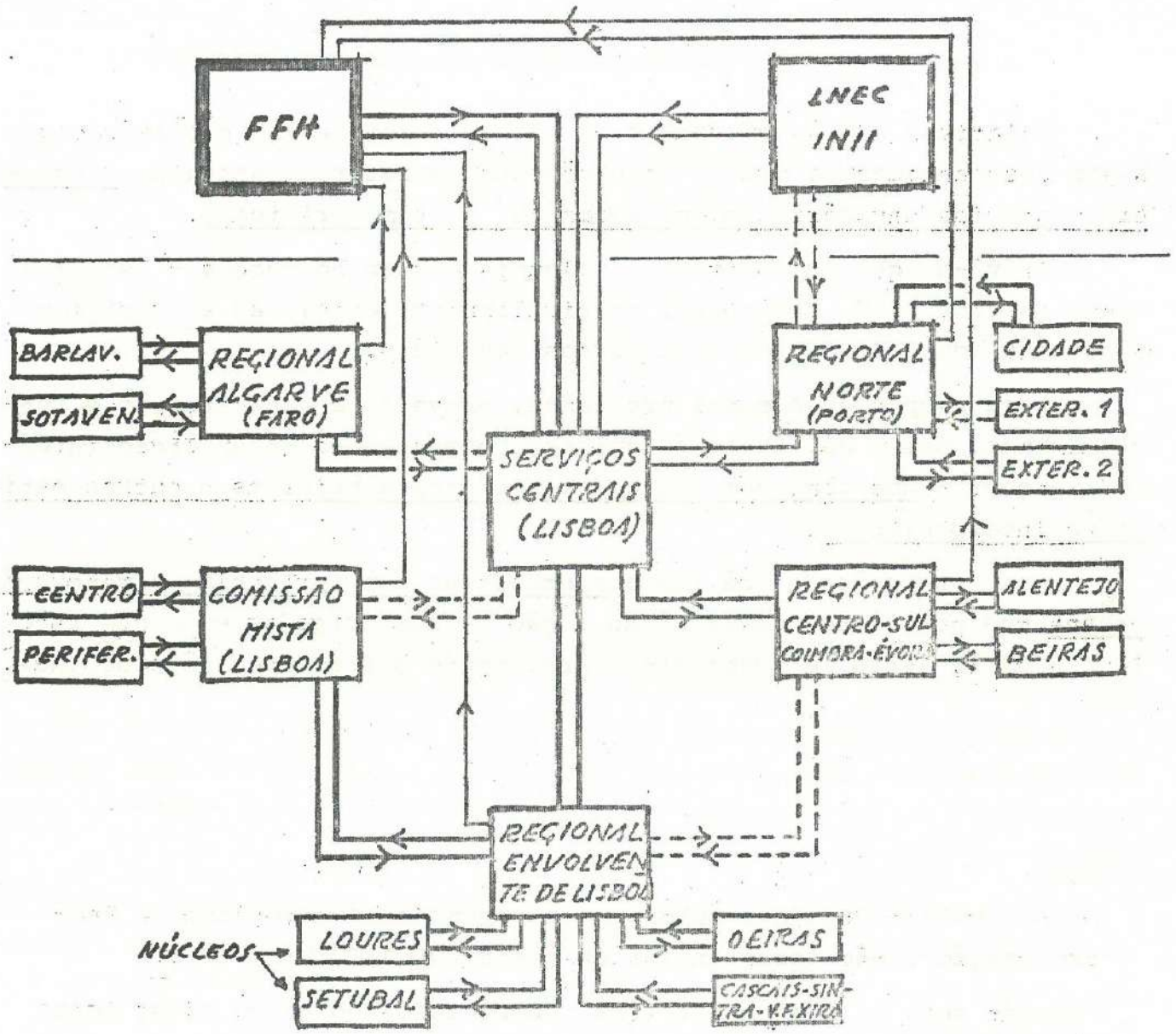
Fará a coordenação dos planos económico-financeiros e responderá perante a Direcção do F.F.H. pelo cumprimento dos programas aprovados e pela fiel interpretação das condições e regras estabelecidas no mesmo programa

Para o efeito possuirá o corpo de técnicos necessários e suficientes para o tratamento dos dados recolhidos e para garantir a sua racional utilização em todos os centros de acção.

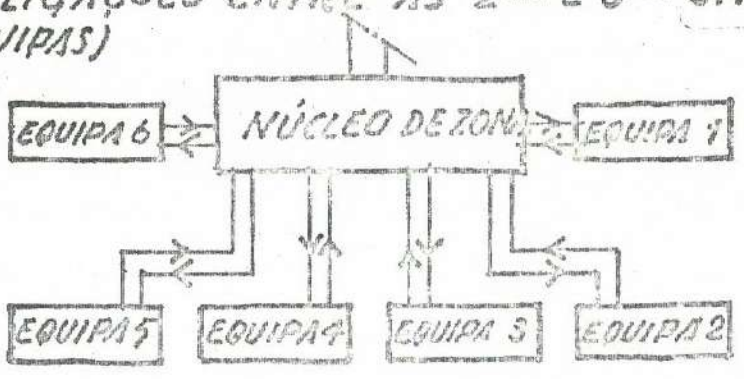
Da leitura desta sintética descrição da cadeia de relações e da observação do diagrama de fluxos, se deduzirá a necessidade da estrutura referida na introdução.

observação do diagrama de fluxos, se deduzirá a necessidade da estrutura referida na introdução.

ESQUEMA DAS LIGAÇÕES ATÉ À 2ª SITUAÇÃO (NÚCLEOS DE ZONA)



EXEMPLO DE LIGAÇÕES ENTRE AS 2ª E 3ª SITUAÇÕES (NÚCLEOS-EQUIPAS)



"COMISSÃO MISTA DAS BRIGADAS DE LISBOA

E OUTRAS ENTIDADES INTERVENIENTES "

Relativamente às operações de Lisboa considera-se necessário que sejam acompanhadas da pronta actuação das estruturas estatais, e especialmente das camarárias o que raramente se tem verificado.

Prevê-se que do decorrer de algumas dessas operações - especialmente as do Vala de Alcântara, particularmente complexas se verifique a necessidade de as dotar de recursos especiais.

Para responder a esses problemas, prevê-se a constituição e funcionamento, desde Já, junto à Comissão Coordenadora de um órgão intercoordenador - uma comissão mista das respectiva brigadas e outras entidades intervenientes.

Essa comissão deverá ainda centralizar a experiência de renovação urbana que por certo decorrerá da acção dessas brigadas e de que tudo leva a crer, terão de socorrer-se brevemente outras operações urbanas.

NOTA:
Dado o volume dos documentos que acompanham o "Anteplano de Restruturação", não foram incluídos nesta FOLHA INFORMATIVA.

Poderão ser, em qualquer altura, consultados por quem nisso tenha interesse, nos Serviços centrais do SAAL.

INFORMAÇÃO DA DIRECÇÃO NACIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES /76 E ELABORAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDAES /77

A Direcção Nacional do SAAL solicitou às diferentes Comissões Regionais os dados necessários para a revisão do Plano de Actividades para 1977, que deverão ser aprovados no próximo Conselho Nacional do SAAL e entregues no Gabinete de Estudos e Planeamento do FFH até 31 de Outubro.

Nesse sentido, têm vindo a ser pedidos às Equipas Técnicas de Apoio Local os dados de planeamento de cada uma das operações em que intervêm, nomeadamente os elementos referentes à programação da obra e previsões das verbas necessárias.

Salienta-se que só com a colaboração efectiva de todos os elementos do SAAL será possível elaborar um Plano de Actividades ajustado às necessidades do Serviço, de forma a garantir os meios indispensáveis à execução dos empreendimentos.

INFORMAÇÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE A MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

Realizou-se na segunda-feira, dia 18 de Outubro uma reunião com os Serviços SAAL, Finanças e Administração, Cooperativas e Contencioso do FFH.

Como resultado desse encontro, ficou decidida definitivamente pelos serviços a minuta que servirá de base aos contratos de empréstimo.

A mesma deverá ser aprovada na reunião do Conselho Administrativo de 20 de Outubro de 76.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL